

EXPERIÊNCIA FEMININA: POLÍTICA, SOCIABILIDADE E SOLIDARIEDADE NA PERIFERIA

*Elizabeth David Novaes**

Resumo: Em meio à ausência do Estado na solução de questões sociais, emergem as redes femininas de solidariedade, mostrando que a vida política ultrapassa os limites da política formal. Mobilizando instituições locais de seu cotidiano, as mulheres atuam nas redes de solidariedade como sujeitos exemplares, politizando vias não-políticas de sua realidade local. Emergem como sujeitos capazes de recriar laços de sociabilidade e solidariedade, entrelaçando público e privado, de modo a romper a ideologia que dicotomiza tais espaços, ao naturalizar o espaço privado como feminino. As fontes historiográficas e histórias de vida, serviram de base para o resgate das mulheres como sujeitos ativos, detentoras de poderes conquistados/exercidos por meio da experiência diária.

Palavras-chave: sociabilidade, mulher, experiência

INTRODUÇÃO

Foram estudados quatro bairros de periferia da cidade de Araraquara, interior paulista, onde pretendíamos investigar a ação política feminina na periferia urbana. Neste estudo observamos que na luta por melhores condições de moradia e de vida, os sujeitos se mobilizam por meio de associações de bairro, reivindicações ao poder local, ações diretas e redes de solidariedade. Considerando que as sociedades de amigos de bairro apresentam baixa representatividade nos bairros, limitadas por uma estrutura centralizadora, os sujeitos acabam atuando por meio de outras formas de ação política. Em meio à ausência do Estado na solução de questões sociais, percebemos a importância das redes femininas de solidariedade, que emergem na vida cotidiana da periferia, mostrando que a vida política ultrapassa os limites da política formal. Pudemos comprovar que, mobilizando instituições locais de seu cotidiano, as mulheres atuam nas redes de solidariedade como sujeitos exemplares, politizando vias não-políticas de sua realidade local. Portanto, estas mulheres emergiram em nossa investigação como sujeitos capazes de recriar laços de sociabilidade e solidariedade, entrelaçando público e privado, de modo a rom-

* Doutora em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia da FCL-Unesp/ Araraquara. O presente artigo é parte da tese de doutoramento "Sociabilidade e solidariedade: mulher, cotidiano e política na periferia de Araraquara", orientada pela Prof. Dr. Dulce C.A Whitaker.

per a ideologia que dicotomiza tais espaços, naturalizando o espaço privado como feminino. As fontes historiográficas e histórias de vida, serviram de base para o resgate das mulheres como sujeitos ativos, detentoras de poderes conquistados/exercidos por meio da experiência diária.

O OBJETO DA PESQUISA

Comumente, a ciência desenvolve reflexões e investigações que privilegiam a visão e a experiência masculinas, teoricamente tomadas como totalidade. Por meio de bases teóricas marcadamente masculinas, fundamentam-se racionalizações que privilegiam o ‘mundo dos homens’. No entanto, consideramos que os sujeitos masculinos são apenas parte de um todo cultural e, deste modo, torna-se fundamental questionarmos os pressupostos que colocam a mulher como pólo submisso e subjugado política e culturalmente, visto que tais pressupostos não levam em conta a ação concreta e efetiva da mulher no contexto em que atua. Por meio desse trabalho buscamos resgatar o papel feminino nas lutas sociais, enfocando a ação feminina em quatro bairros de periferia da cidade de Araraquara.

Para compreendermos essas mulheres, sujeitos ativos na realidade estudada, reportamo-nos à idéia de que o sujeito é múltiplo (Lauretis, 1994), e que na realidade por nós investigada, gênero e classe social se fundem. As mulheres, movidas pela articulação entre suas subjetividades e as condições materiais enfrentadas junto à família e à coletividade, vivenciam semelhanças quanto às condições materiais determinadas e/ou reforçadas pelo processo de urbanização. Deste modo, a experiência coletiva constrói-se na convivência dada pela relação entre os sujeitos, havendo um significado simbólico na ação prática, e portanto, na experiência humana. A partir das condições enfrentadas na vida familiar (formalmente considerada como vida privada), os sujeitos atuam nas lutas sociais (vida pública), constituindo os movimentos sociais como ações que entrelaçam as múltiplas “esferas” do real, em meio à vida diária.

Contrariamente ao que afirma Sennett, que ao apontar radicalmente para o predomínio das “tirantias da intimidade”, exalta o liberalismo burguês como única forma de ação política, em nosso universo empírico percebemos que a pobreza, combinada ao gênero feminino, determina trajetórias de vida que movem muitas mulheres à luta espontânea, atuando no cotidiano informal de inúmeras maneiras, ao lado de homens ou distantes deles. Muitas vezes, aquela vivência da vida privada impingida às mulheres, acaba levando-as para a ação na vida pública, já que experimentam no seu cotidiano aqueles problemas que mais diretamente afetam sua família e especialmente seus filhos, fazendo com que, em nome de interesses “privados”, busquem soluções e melhorias que acabam por servir a toda a coletividade, defendendo portanto, interesses “públicos”.

SOCIABILIDADE E POLÍTICA

Alguns espaços e situações são privilegiados no sentido de possibilitar a convivência e a sociabilidade. Os pontos de ônibus, por exemplo, apresentam-se como um território fértil para a troca de experiências, convergência de interesses sociais e planejamento de possíveis ações políticas, especialmente das mulheres/mães que cotidianamente se encontram nestes lugares, ao levarem os filhos à escola.

As mulheres freqüentemente participam de situações em que lutam pela creche, pelo ônibus escolar, por uma escola mais próxima, pela colocação de lombadas nas ruas em que as crianças brincam, pela segurança do bairro através de policiamento, etc., tornando-se sujeitos políticos aglutinadores de interesses sociais. Em meio a esses casos, emergem aquelas mulheres que atuam em prol da coletividade por apresentarem uma tendência a “cuidar das coisas” do bairro e das pessoas com quem convivem. O depoimento abaixo nos revela esse tipo de postura, quando a entrevistada afirma:

“Eu gostaria que tivesse um centrinho esportivo para as crianças, um lugar para fazer cursos, arte, uma oficina de teatro para a criançada... Outro dia me fizeram essa pergunta: ‘Por que você briga tanto pela escola se você só tem uma filha e ela já está na faculdade?’ Eu falei: *porque tem os filhos de vocês!*” (Conceição, Vale do Sol) (grifos nossos)

Para compreender conceitualmente esta questão, recorremos a Joan Tronto, que situa os homens como aqueles que “se preocupam com”, enquanto as mulheres “cuidam de”. O “cuidar de” envolve a ação de “responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros”, pressupondo uma atribuição moral, baseada na *responsabilidade adquirida a partir das obrigações sociais atribuídas* (Tronto, 1997, p. 188). Segundo a autora, o cuidar pode pautar-se numa postura feminista do cuidar (e não simplesmente feminina), segundo a qual, o cuidado não se limita ao mundo privado, implicando numa ação social que amplia nossa visão acerca das instituições políticas e sociais. Além disso, o cuidar pode envolver um contingente maior de pessoas, acabando por entrelaçar as necessidades e interesses privados aos interesses públicos e sociais. O levantamento empírico de nossa pesquisa apontou para a existência de mulheres freqüentemente voltadas para as necessidades sociais, ainda que as ações partam de interesses pessoais, vinculados aos mais próximos. Conforme observamos nos depoimentos que seguem, a vida social num bairro de periferia é sempre uma vida política, já que se fundamenta em lutas cotidianas.

“Desde que começou que *eu estou lutando dentro da escola*. Logo que inaugurou eu fui para ajudar a lavar...feliz da vida por ter uma escola!

Eu sabia que não só meus filhos iriam participar... Então, para mim era bem gratificante eu ajudar no que precisavam de mim. Então a escola tinha muitas dificuldades e eu resolvi ajudar e participar.” (Rose, Selmi-Dei) (grifos nossos)

Podemos observar a partir deste depoimento que os interesses privados acabam levando a uma atuação social mais ampla, por exemplo quando a moradora procura auxiliar no enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela escola e percebe que não somente seus próprios filhos serão beneficiados, mas todos os membros do bairro que necessitam da organização escolar. Ainda um outro depoimento nos incita a pensarmos mais uma vez na questão do cuidado:

“Nessa rua aqui, na minha rua, na 21 ... tinha um movimento terrível aqui. Houve um acidente de um caminhão que atropelou uma criança do bairro... ela perdeu a perna. Então, quem foi atrás de tudo isso? As mulheres aqui da rua! Se uniram e foram atrás de pôr uma lombada. [...]. Sempre tem uma mulher que é aquela que põe as outras para correr, para fazer. Uma fala... aí junta aquela turminha... aí já tem uma idéia e parte para a frente!” (Lucila, Selmi-Dei) (grifos nossos)

Emerge na vida dos bairros um envolvimento pessoal com as questões sociais, levando as mulheres a alargarem seus horizontes, manifestando uma postura ética voltada para o cuidar de outros, destituindo de credibilidade aquelas idéias voltadas para a certeza do individualismo da vida moderna, que enfatizam indivíduos preocupados somente com sua própria privacidade.

PODER, EMPOWERMENT E EXPERIÊNCIA

Considerando ainda que cuidar do outro implica em atenção para perceber as necessidades do outro, conhecendo as condições em que o outro se encontra, entendemos que para cuidar, é preciso estar receptivo às necessidades alheias (Tronto, 1997). Na realidade dos bairros investigados, a percepção das necessidades alheias se dá junto à percepção das próprias necessidades, já que se vive em meio a uma desordem social imposta por uma urbanização acelerada. Neste contexto, o “cuidar de” se confunde com a própria luta pelo direito à cidade, o que acaba se dando através de movimentos reivindicatórios e contestatórios que eclodem no cotidiano.

No cotidiano emerge uma forma alternativa de poder – ou de contrapoder (Foucault, 1994) – que cruza a política formal com a política informal, enlaçando o público-privado, o global-local, o masculino-feminino, numa relação dialetizada e não dualizada. Na vivência cotidiana, os sujeitos se relacionam com as esferas institucionalizadas do poder, criando espaços de poder e teias de relações, que se

configuram como relações políticas. Segundo Jardim Pinto, “é a exclusão de parcelas da população (de seus direitos) que as constituem enquanto potenciais detentoras de recursos para exercerem o poder” (Jardim Pinto, 1992, p. 130). A percepção da pobreza e da exclusão gera a busca pelos direitos e a luta pelas conquistas sociais, tornando os desiguais em sujeitos com potencial de luta, resistência e contrapoder.

Podemos entender que a potencialidade da resistência é o primeiro recurso necessário para a organização dos indivíduos e grupos, na criação de novos espaços de poder (Jardim Pinto, 1992). O sujeito que “adere” ao movimento transforma-se num novo sujeito, portador de uma nova identidade. Portanto, por meio das lutas sociais travadas no cotidiano dos bairros populares, ainda que esporádica e espontaneamente, é possível romper a dicotomia entre público e privado, já que se rompe a aparente cisão entre tais espaços constitutivos do mundo social.

Tomando emprestado o conceito de “empowerment”, de Margareth Arilha¹, podemos transportá-lo para a subjetividade das mulheres que experimentam a realidade social como sujeitos políticos, que articulam a vida privada à vida pública, tornando estes espaços um só mundo, e por elas apropriado. De acordo com o depoimento de Suely, nossa entrevistada, exercendo seu papel de cidadã, busca tomar para si um conjunto de direitos que a fortalecem, levando-a ao “empowerment” político, já que expressa profunda consciência política, quando afirma:

“Eu não tenho vergonha de conversar com o Prefeito. Ele é um homem igual meu marido, meu pai, meu filho. Ele é meu empregado, ele é meu funcionário! Ele é meu vizinho, meu compadre. *Porque nós pagamos o ordenado dele – ele está ali para trabalhar para nós!*” (Suely, Vale do Sol) (grifos nossos)

A mulher atuante nas lutas e reivindicações sociais, tem a possibilidade de estabelecer novas relações de poder em diversas instâncias sociais, o que nos faz pensar que

“Aquele que adere se diferencia rompendo, por exemplo, com relações de poder estabelecidas no interior da família, caso bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.” (Jardim Pinto, 1992, p.131)

Nessa perspectiva concorremos para dialetizar as relações sociais, percebendo que toda ação microssocial repercute no universo mais amplo, já que a totalidade não se encontra compartimentada na complexidade do real. A mulher, en-

¹ Este conceito foi desenvolvido por Margareth Arilha para designar a maximização das escolhas das mulheres que utilizam contraceptivo, e que por esse motivo podem obter o controle sobre suas próprias vidas (Arilha, 1995).

quanto sujeito historicamente constituído, relaciona-se com o mundo social enquanto mãe-esposa-vizinha-amiga-eleitadora-cidadã, enfim, como personagem de uma teia de relações sociais que se entrelaçam, organizando-se e reorganizando-se continuamente. Encontramos deste modo, na idéia de “empowerment” das mulheres, a possibilidade de considerarmos que este é um processo não linear e sim, pautado numa gradação espiralada, determinada pela intensidade com que as mulheres se confrontam com as práticas sociais vivenciadas dentro e fora de suas casas, em seu mundo cotidiano (Arihla, 1995).

No estudo da ação política das mulheres na periferia, é possível apontarmos para uma articulação entre o conceito de “contrapoder” (Foucault), o conceito de “cuidar de” (Tronto), e o conceito de “empowerment” (Arihla), se considerarmos que a ação de cuidar implica numa posição de autoridade e de autonomia entre quem cuida e quem está sendo cuidado (Tronto, 1997). Levando em conta os cuidados das mulheres para com o bairro, torna-se notória a posição de autoridade que as mulheres que “cuidam de” passam a ter no cotidiano vivido. É desse modo que exercem um contrapoder, que as leva à possibilidade do “empowerment”. Além disso, se “cuidar de” implica na existência de um objeto do cuidado, concordamos com Tronto, afirmando que “cuidar é necessariamente relacional” (Tronto, 1997 – p.188).

“A gente faz um negócio que a gente gosta: se relacionar com o mundo! Você pode ver que o pensamento da Rosa é o meu... o da Maria... Nós somos aquele tipo de mulher ‘Maria Machado’! Nós não esperamos pelos nossos maridos, não esperamos pelo nosso vizinho... Nós gostamos de conseguir as coisas!” (Sueli, Vale do Sol) (grifos nossos)

O valor acerca de “conseguir as coisas” expressa a tendência para o cuidar e não para serem cuidadas, já que são mulheres que não esperam que façam por elas, voltando-se elas próprias para o objeto que lhes exige cuidado (no caso em questão, o bairro e seus moradores). Além disso, ao fazerem algo de que gostam, fica expresso o prazer pela convivência, pela troca, o que favorece a sociabilidade. Deste modo, é fundamental assumirmos que nesta realidade público e privado não são esferas dissociadas, visto que se entrelaçam concreta e efetivamente, fazendo-nos perceber que a atuação pública da mulher está necessariamente vinculada à experiência por ela vivida em seu cotidiano, no qual transita pelo contínuum casa-portão-rua-bairro-prefeitura. É justamente este entrecruzamento que implica em resistência, contrapoder e empowerment, mostrando que não há um “passê de mágica” que leve à transformação e sim, um entrelaçamento entre as experiências vividas e aquelas que estão por se fazer viver.

Tal questão nos permite abrir um leque bastante amplo de reflexões, ressaltando uma percepção acerca das mulheres como agentes ativos e dinâmicos, capazes de transformar seu cotidiano vivido. Deste modo, embora considerando que não se trata de ações sociais revolucionárias, transformadoras da ordem social mais

ampla, trata-se sem dúvida de ações sociais criativas, e criadoras de uma nova ordem de valores, que permite às mulheres a ocupação de seu verdadeiro papel.

Num resgate histórico, tomado aqui como exemplo ilustrativo, Thompson nos mostra a ação das mulheres na “economia ‘moral’ de la multitud”, na Inglaterra do século XVIII, quando as mulheres discutiam a má qualidade da farinha e os elevados preços do pão. Os levantes populares refletiam a ação direta que ultrapassava o simples confronto entre populares e comerciantes. Em tal processo, Thompson afirma que “las iniciadoras de los motines eran, con frecuencia, las mujeres”, e tal fato era justificado naquele contexto, afirmando-se que as mulheres estavam mais dispostas a amotinar-se por terem menos medo da lei, quer por ignorância, quer pelo “privilegio do sexo” (pela fragilidade), sobressaindo-se assim em “violência e ferocidade” (Thompson, 1979, p.109). Afirma o autor que

“És probable que con mucha frecuencia las mujeres precipitaran los movimientos espontáneos, pero otros tipos de acciones se preparaban con más cuidado. Algunas veces se clavaban carteles en las puertas de iglesias o posadas”. (Thompson, 1979, p.110)

Tais levantes sociais, encabeçados/representados por mulheres, podem evidenciar a força social das mulheres e, ao mesmo tempo, sua proximidade histórica com as ações diretas, demonstrando que existe uma lógica feminina que nos remete às diferenças significativas de gênero no âmbito da política.

Analisando os levantes e motins da Inglaterra no século XVIII, Thompson afirma que a escassez pode representar, para quem a vivencia, um impacto psíquico que, se associado a uma percepção das injustiças e da possível manipulação da escassez, pode fazer com que o choque se converta em fúria. O relato abaixo nos coloca frente a uma situação limite que se impõe em condições de escassez e também de desrespeito sofridas pelas populações carentes que, contudo, se rebelam.

“Nós fomos atrás de lutar pelo asfalto. A gente se reunia um monte de vezes... uma vez por semana na casa de um, de outro. Era um monte de gente na reunião. Porque o bairro era muito carente... e então nós fomos pedindo. E através de muita luta, de muita briga, muita coisa. Até apanhar de panela o prefeito apanhou. *Porque ele vinha, falava que ia ver e não dava resposta. Então a mulherada bateu nele! Correu atrás dele com panela!* Daí, depois de muita briga ele asfaltou o bairro até a metade, dali para baixo ficou para a próxima administração”. (Suely, Vale do Sol) (grifos nossos)

Nesse tipo de ação, observamos o exercício de contrapoder e resistência, manifestando formas de luta política recriadas no cotidiano vivido por estas mulheres, objetos de nossa observação e reflexão, que se apresentam como agentes que rompem qualquer separação entre público e privado. Isto porque, à medida que ganham poder na vida privada (especialmente por meio dos cuidados com o outro),

voltam-se para a vida pública como sujeitos conscientes das necessidades que vivenciam. E, por outro lado, à medida que se fortalecem na vida pública, tornam-se capazes de agir nas relações de sua vida privada.

Alain Touraine evidencia que as mulheres latino-americanas, embora representadas como submissas e subordinadas à dominação patriarcal, não estão à margem da vida pública. Segundo percebe o autor, as mulheres “encontram o poder em cada lugar de sua vida cotidiana” (Touraine, 1989, p.114). É por isso que os estudos sobre os “novos movimentos sociais” têm-se revelado críticos quanto à invisibilidade da mulher, visto que os movimentos sociais se caracterizam como um espaço privilegiado de atuação feminina.

Costa aponta criticamente para alguns trabalhos que mesmo abordando a luta das mulheres, nem sequer mencionam a problemática da mulher e, desta maneira, omitem aquilo que configura esse tipo de movimento como “novo”, que é a percepção da mulher como sujeito político, ideologicamente excluída da esfera política da vida (o que acaba por dicotomizar o público/privado) (Costa, 1995). Esquece-se que é no entrelaçar do público/privado que fazemos emergir as mulheres, histórica e ideologicamente confinadas à sombra do poder e da ação política, não mais restritas ao espaço privado da reprodução e sim, presentes na vida cotidiana que é tecida sem dicotomias.

“Apesar de que las mujeres están en los movimientos de ocupación de terrenos urbanos, llevan prácticamente adelante los movimientos de salud, así como también aquellos para mejorar los transportes colectivos, sólo se consideran movimientos de mujeres los centrados en cuestiones específicas de la condición femenina, como los que corresponden a la esfera de la reproducción”. (Costa, 1995, p. 85)

Do mesmo modo, os temas políticos são comumente aqueles relacionados à racionalidade instrumental que, via de regra, excluem a dimensão das relações de gênero, sendo as prioridades relacionadas aos interesses femininos tratadas com um grau de depreciação ou até mesmo de ridicularização. É muito comum as conversas femininas envolvendo questões políticas serem percebidas como “fuxicos”, “fofoca”, “assunto de mulher”.

Na realidade política dos bairros por nós investigados, observamos uma base feminina trabalhando nos movimentos de bairro, nas relações de vizinhança e de igrejas. Porém, esta mesma base política é muitas vezes desconsiderada nos quadros dos partidos políticos, cabendo na maioria das vezes às mulheres, aquelas tarefas decididas pela cúpula. Isto implica em que as mulheres trabalhem na organização dos movimentos e nas tarefas de mobilização e realização, ficando contudo, excluídas dos cargos de hierarquia. Frequentemente, isto se justifica por razões objetivas referentes às suas condições de vida (cuidar dos filhos, da casa, etc.), mas o que efetivamente ocorre são pressões paternalistas que subestimam e excluem as

mulheres do exercício formal do poder. A partir disso, discursos são elaborados, procurando mostrar o desinteresse pela ação política como sendo algo inerente às mulheres, obscurecendo os obstáculos que a elas se impõem, e que dificultam essa ação. É o que o depoimento que segue, referente a uma liderança política masculina, deixa transparecer.

“Infelizmente, as mulheres do bairro (só) gostam de trabalhar em coisas concretas... Têm pessoas fantásticas que *ajudam*... por exemplo, nas festas. Elas *ajudam* bastante mesmo! Agora, *nessa questão de pensar a sociedade, pensar a questão política, há muita carência!* Na associação tem mulheres que... corajosas! corajosas! *Só que... falta o ‘empurrão’... uma motivação!* Se você levar uma idéia... Bom, eu te digo que *a maior parte do contingente que trabalham para nós são mulheres! A maior parte! Mas falta esse empurrão!* As mulheres do bairro... grande parte estão trabalhando fora[...] *E... eu acho que justamente nós, muitas vezes, enquanto liderança... naquele momento de fraqueza, acabamos não dando incentivo... é falta de incentivo!* *A gente pára. Eu acho que é isso: as mulheres levariam, mas há falta de incentivo!*” (F., Selmi-Dei) (grifos nossos)

Consideramos a presença de um viés visivelmente preconceituoso na visão do entrevistado (homem), que não consegue perceber a lógica de atuação feminina como diferente da masculina, enxergando a mulher como dependente de uma liderança (masculina). Não percebe que muitas mulheres são elas próprias lideranças e que, além disso, outras formas de ação social e política existem em que as mulheres atuam desvinculadas de hierarquias e organizações formais. O comentário que segue é fruto de considerações tecidas por uma mulher atuante numa SAB, a qual faz o contraponto, manifestando a seguinte crítica:

“Eu acho o seguinte: *quase sempre a idéia também é da mulher! O problema é que o homem prefere só planejar! É! Ele planeja, ele dita... praticamente ele dita o que deve ser feito! Porque é muito mais cômodo para ele! A mulher, não. Ela surge com a idéia e com o trabalho!* É muito mais fácil para ele só planejar. Você entendeu? *É esse o papel do homem: ele toma a frente da mulher, mas é só no plano, no planejamento! Porque é a mulher quem trabalha! Em tudo!* [...] *Porque ele tem só aquela visão do total... enquanto tem as ‘formiguinhas’, n’ê? para trabalhar! Quem faz as partes minuciosas... preparar tudo... é sempre a mulher!*” (Lucila, Selmi-Dei) (grifos nossos)

Refletindo sobre os movimentos sociais como espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político, Jardim Pinto afirma que o feminismo trouxe uma nova concepção do político ao considerar que ‘o privado é político’. Tal postura contudo, acabou por reduzir os espaços de luta e conquista da mulher, reforçando possíveis discriminações que não a percebem como sujeito público e conseqüente-

mente político (Jardim Pinto, 1992). Afirma a autora que a mulher se insere no campo da luta política enquanto sujeito não só privado mas também público, especialmente por meio dos movimentos sociais que atuam na sociedade civil. Isto porque os movimentos sociais, estabelecendo relação com as esferas institucionalizadas do poder, criam novos espaços de poder e teias de relações que se constroem no cotidiano.²

“Olha... eu entrei sem saber o que era! Só que agora, depois que eu já estou lá dentro, eu me sinto bem fazendo o que eu faço e quero mais! Você entendeu? Faz parte de mim! *Eu não consigo viver sem esse contato bonito lá fora... sem esse corre-corre... ‘vou falar com o vereador fulano... vou falar com o vereador ciclano’ Chega lá na Câmara eu brigo com eles!* Eu não consigo mais parar! E faz pouco tempo... faz um ano e pouco que eu estou nesse embalo! Mas eu sei que eu não consigo viver mais sem! Mas me envolver politicamente, não! Eu quero me envolver politicamente aqui no meu bairro, fazer meu bairro ficar mais bonito... Porque é um impulso! Eu senti esse impulso!” (Benê, Vitório De Santi) (grifos nossos)

Podemos refletir sobre a relação entre mulher e espaço social como sendo algo socialmente construído, já que é o agente social quem constrói o espaço, produzindo-o e transformando-o. Deste modo, observamos claramente que a mulher não está limitada unicamente ao espaço privado, nem absolutamente distanciada do espaço político, visto que, concretamente, transita por um contínuum que vai do ‘quarto-sala-portão-rua-praça-reuniões de bairro-câmara municipal-gabinete do prefeito’. Deste modo percebemos na política informal cotidiana um contínuum que desconstrói a ideologia que procura separar público e privado.

Como lideranças ou participantes dos movimentos sociais, as mulheres não se tornam mecanicamente feministas. Contudo, sua inserção neste processo, faz com que “sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformadora” (Jardim Pinto, 1992, p.133), o que permite a possibilidade de “empowerment” (Ariha, 1995). Desta inserção decorrem, segundo a autora: novas situações no interior da família, da vizinhança e das amizades; lutas diferenciadas por parte da mulher no interior dos movimentos sociais; possibilitando o questionamento de sua própria condição de mulher. Ocorre portanto, uma saída do privado para o público, ou melhor, uma interação entre privado e público, através da formação de uma rede de relações baseadas em novos saberes e novas informações.

Em análise sobre os movimentos sociais, Elda Rizzo de Oliveira aborda, embora sem focar especificamente a questão de gênero, a aprendizagem política

² Touraine considera que as mulheres negam a imagem centralizadora do poder, que é própria do pensamento político, formalmente masculino (Touraine, A. Palavra e Sangue, 1989).

e a transmutação de papéis vivenciadas pelos sujeitos sociais em sua luta cotidiana, bem como nas associações comunitárias, mostrando que estas podem estar desvinculadas de uma missão revolucionária mas não estão por isso impedidas de “realizarem uma ação política portadora de alguma autonomia”. Afirma deste modo que

“a Associação de Moradores permite transmutar o migrante em secretário, em presidente, em tesoureiro, construindo a cultura política deste grupo com alguma liberdade, como uma prática social, reinterpretada pelas formas com que foram inicialmente socializados”. (Oliveira, 1994, p. 213)

Desenvolvendo tal colocação, podemos novamente recorrer a Thompson, quando o autor afirma que homens e mulheres renascem como sujeitos quando se considera o termo ‘experiência humana’, tomados deste modo como

“pessoas que experimentam suas ações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...]” (Thompson, 1981, p.182)

Retomando Thompson, Joan Scott afirma que o conceito de experiência nos reporta a uma mediação entre estrutura social e consciência social, resgatando os sentimentos e os significados daquilo que as pessoas vivenciam como sujeitos. Segundo a autora, a “experiência é a história de um sujeito” e desse modo, não deve ser naturalizada e sim, historicizada (Scott, 1998, p.320). Desse modo, devemos considerar que a experiência, assim como a memória, é sexuada, já que refletem as histórias de mulheres e de homens, em sua vivência concreta. De tal forma, apreendendo o cotidiano dos bairros como um campo de vivência e de conquista de experiências, afirmamos que as mulheres atuam politicamente enquanto constroem sua experiência.

AS MULHERES E A POLÍTICA NOS BAIROS

“As mulher têm mais vontade! Têm sim! *Apesar de tudo, eu acho que as mulher, em tudo quanto é sentido, elas têm vontade!* Eu não sei se é porque eu fui criada dessa maneira, mas aqui em casa... meu marido fala que eu devia ter nascido homem! (risos) *Porque quando eu vou tomar uma iniciativa, eu não pergunto. Eu falo uma vez, não deu resposta, não falo mais. Eu vou lá, eu faço, eu pago, eu... sabe? Eu acho que a mulher é mais decidida!* Tanto eu quanto as minhas filhas... Você pensa? Essa casa aqui, eu praticamente ergui ela sozinha! Eu comprei o terreno com esses dois cômodos...[...] E toda vez de mexer aqui na casa, quem mete a cara sou eu! Porque... meu

marido não toma iniciativa! *Então eu acho que em muita casa é a mulher mesmo! Na casa da minha mãe também era assim.* Meu pai era sempre enrolado! E eu acho que é a maioria da parte dos homens...” (D. Lurdes, Águas do Paiol) (grifos nossos)

O depoimento de dona Lurdes nos dá a noção do poder desempenhado pelas mulheres, o que reforça a idéia de que as relações de gênero são permeadas por relações de poder e contrapoder, já que não são mecânicas ou lineares e sim, marcadas por resistência e força mútua. Mulheres há, deste modo, que se percebem agentes dentro de uma realidade social, enfrentando (e superando) os homens, na ocupação do eterno ‘cargo’ masculino do qual estiveram milenarmente excluídas.

*“A mulher está na frente! Porque ela não tem vergonha! Quando ela quer uma coisa, ela briga, ela fala, ela chama a rádio, chama a polícia, e põe a ‘boca no trombone’, n’ é?! E o homem já não é dado a isso. Porque *ele acha* [ênfase] *que a parte dele é trazer a comida para dentro de casa. Então é mais fácil ele chegar em casa e reclamar com a mulher. E a mulher é mais dada a levar a reclamação para fora...*”* (Lucila, Selmi-Dei) (grifos nossos)

É essencial esta percepção de que a mulher “leva a reclamação para fora”. É um contraponto extremamente rico, crítico e libertador das mulheres, evidenciando-as como seres espontaneamente abertos à vida pública, o que se opõe sobremaneira a todo tipo de viés ideológico que aprisiona as mulheres no mundo privado, trancafiada por interesses unicamente familiares. Não é por acaso portanto, que as mulheres vão para as lutas e manifestações sociais. Elas se sentem ‘livres’ para isso, desprovidas de ‘freios sociais’ e inibições. O homem por sua vez, coloca-se numa postura de maior inibição frente às ações que se voltam para a política informal, para a ação e transformação cotidiana. Parece-nos deste modo, que os homens se sentem mais fortes e à vontade nos cargos que ocupam, do que em meio às ações espontâneas e informais. Seria por eles sentirem o poder emanando do cargo e não de si mesmos?

Nosso propósito é ressaltar (o que fazemos junto com Perrot) que a mulher, se não tem o Poder, possui poderes, o que é fundamental ser evidenciado segundo uma perspectiva relacional que não descarte a importância do papel feminino na realidade política formal e informal. De acordo com Perrot, é extremamente procedente a reflexão acerca do(s) poder(es) das mulheres porque, se por um lado admite-se a existência deste(s) poder(es), em oposição às teorias que afirmam unicamente (porém criticamente) a subjugação feminina, pautadas na visão passiva da mulher, a perspectiva inversa poderia implicar num questionamento sobre o que as mulheres reivindicam afinal? (Perrot, 1988).

Contudo, se concordarmos que as mulheres têm poderes, ainda que inseridas num sistema de dominação patriarcal, tal temática se reveste de fundamental importância, essencialmente devido a dois pontos: 1) há necessidade de denunciar-

mos o sistema de dominação patriarcal em toda a sua estrutura hierarquizada, desigual e subjugadora, fazendo emergir de forma crítica a subjugação da mulher dentro desta estrutura, ainda que haja brechas de atuação e transformação através da mulher como agente social; 2) a representação social acerca do poder das mulheres ainda se dá de forma preconceituosa, pré-concebida pelos ditames da dominação masculina milenar na história do ocidente. Assim, evidenciar o(s) poder(es) feminino(s) não significa anular a existência de um poder masculino e sim, uma forma de transformar a representação social acerca desta temática. Segundo Perrot, acerca do poder, podemos afirmar que

“No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a ‘influências’ difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela.” (Perrot, 1988, p. 167)

“Quando eu me casei, há 26 anos, meu marido... *ele já namorou e casou comigo sabendo que eu era desse jeito. Eu já era assim. Eu não paro em casa. Faz parte da vida da gente. Cada um é cada um.* Mas meu marido sempre deu incentivo. Ele dá apoio na minha vida também, para eu ir cada vez mais para a frente!” (Conceição, Vale do Sol) (grifos nossos)

“Quando a mulher participa parece que ela se envolve mais profundamente. Não quero ser precipitado, mas... o ponto de vista da mulher para os problemas sociais é... diferente! É mais objetivo! *É menos carregado de artimanha. As mulheres tocam numa questão central de uma maneira mais... mais verdadeira!* E sem contar as lideranças... se ela falar, ela fala mesmo! Fala e acabou! É uma metralhadora!” (Ivanil, Vale do Sol)³ (grifos nossos)

Além destes aspectos, aparece a percepção de cumplicidade e reciprocidade entre mulheres, o que nos permite entender o envolvimento político das mulheres na vida cotidiana também como relação de sociabilidade e de trocas recíprocas.

“Se a sociedade (sociedade de amigos de bairro) ficar só em mulheres eu acho mais proveitoso! Porque... eu tenho uma amiga na sociedade – você conhece: a Betinha – *se você ver eu e a Bete brigar você acha que uma não vai mais olhar na cara da outra. Mas passa uns 15 minutos e já está tudo bem! Porque a gente tem uma amizade sincera. De mulher para mulher você consegue cobrar!* Eu me sinto mal de cobrar alguma coisa dos homens. Porque geralmente homem é machista. Ele tem o orgulho do macho! *E se fosse só mulheres seria mais fácil eu cobrar delas e elas cobrarem de mim... uma troca, n'ê?! As mulheres são mais unidas no trabalho!*” (Benê, Vitorino De Santi) (grifos nossos)

³ Vale ressaltar a existência das artimanhas do poder masculino, que tradicionalmente se baseia em estratégias políticas que não percebemos nas ações das mulheres.

Compreendemos que os movimentos sociais aparecem como resposta à crise urbana, já que a carência vivenciada e percebida coletivamente, gera união e luta de grupos sociais na defesa de interesses em comum. Contudo, também comungamos da análise de Touraine acerca dos movimentos sociais, quando o autor compreende que o sujeito é um ator social que se constrói na dinâmica da vida social, na qual a política emerge como uma dimensão (mas não a única) constitutiva da realidade social em sua manifestação cotidiana (Touraine, 1989). O sujeito dos movimentos sociais é, desse modo, um sujeito coletivo, difuso e não-hierarquizado, capaz de fundamentar suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários. Desse modo, torna-se possível exercer uma terceira via de ação política, que não é partidária, não é sindicalista, mas é comunitária, e se fundamenta na ação cotidiana, ação pessoal que é também cultural, social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que a ação das mulheres aparece portanto, como possibilidade de resgatar o diverso e não o homogêneo, o particular e não o universal generalizante, as articulações solidárias em suas interdependências cotidianas e não a compartimentalização da vida em setores fragmentados. Isto porque, cada vez mais, a realidade concreta nos mostra a ação e participação feminina nas lutas e reivindicações sociais. Por meio destas, as mulheres vêm mostrando seu trânsito como agentes sociais nas periferias urbanas, por meio da solidariedade, da sociabilidade e da política cotidiana.

Como realidade multidimensional, o espaço social é muito difícil de ser captado teoricamente, em sua totalidade. É no concreto que ele flui, se imiscuindo e sendo imiscuído, dialeticamente. Dessa maneira, em meio a conflitos e às difíceis condições de sobrevivência, emerge a solidariedade como forma alternativa de luta social, que não é reivindicativa nem revolucionária, mas é profundamente criativa. Aparece como um padrão de sobrevivência baseado em trocas sociais essenciais para a vida coletiva, fugindo daqueles padrões (burgueses) ideologicamente disseminados, responsáveis pelas posturas individualistas e competitivas, marcadas pelo enclausuramento das pessoas ao escudo privado da família e da casa, isoladas portanto da vida pública e de uma sociabilidade menos restrita.

No cotidiano dos bairros as mulheres encontram um campo de vivências e de conquistas de experiências. Seu envolvimento político baseia-se em trocas recíprocas, comunhão de valores e sentimentos, numa forma de ação voltada muito mais para relações horizontais e não verticalmente hierarquizadas.

Como uma terceira via de ação política, a solidariedade emerge como uma forma alternativa de luta social, nascida da sociabilidade intensa, sendo capaz de instaurar uma nova ordem de valores, construídos pela sociedade civil, moradora das periferias urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARILHA, M. "Contracepção, empowerment e entitlement: um cruzamento necessário na vida reprodutiva feminina: reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil". *Projetos de estudos da mulher*. Brasil: Family Health International, 1995. 16 p.
- COSTA, A.A.A. *La mujer en el poder local en Bahía/Brasil*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1995. Tese de Doctorado en Sociología.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits (1980-1988)*. Paris: Gallimard, 1994. v. 4.
- JARDIM PINTO, C.R. "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político". In: COSTA, S.; BRUSCHINI, C. (orgs). *Questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 127-50.
- LAURETIS, T. "A tecnologia do gênero". In: HOLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-42.
- OLIVEIRA, E.R. *Da cidade planejada à cidade espoliada: um estudo sobre o movimento social de apropriação do espaço urbano na comunidade Santo Inácio de Loyola, Boqueirão, Curitiba*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1994. Tese de Doutorado em Antropologia.
- PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCOTT, J.W. "A invisibilidade da experiência". *REVISTA Projeto História*, (16):297-325, fev. 1998.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. 5.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E.P. "La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". In: — *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979. p. 62-133.
- TOURAINÉ, A. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: Unicamp, 1989.
- TRONTO, J. "Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?" In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

WOMAN: SOCIABILITY AND SOLIDARITY AT THE PERIPHERY

Abstract: Amid the absence of the State in the solution of social individual, the feminine nets of solidarity emerge, showing that the political life surpasses the limits of the formal politics. Mobilizing local institutions of they own districts, the women act in the solidarity nets in a very adequated way, performing not political roads of its local reality. They emerge as individual capable to create again sociability liaisons and solidarity, intertwining public and private, in way to break the ideology that separates such spaces, when naturalizing the private space as feminine. The historical sources and life histories, served as base for the women's image ransom as active individual, possessors of conquered powers, exercised by means of the daily experience.

Keywords: sociability, woman, experience